

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.361.351 - SP (2018/0234311-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : PRACA NOVA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADO : MARCELO DORNELLAS DE SOUZA E OUTRO(S) - SP173336**  
**AGRAVADO : VBI VETOR ARACATUBA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A**  
**ADVOGADOS : DANIELA GRASSI QUARTUCCI - SP162579**  
**GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907**  
**JAIME SHEJONG JU E OUTRO(S) - SP324153**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por PRAÇA NOVA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. – ME, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 693-712, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 631-637, e-STJ):

LOCAÇÃO DE ESPAÇO EM SHOPPING CENTER - DANOS MATERIAIS E MORAIS Não demonstrado que rescindido o contrato por culpa do Requerido Shopping - Ausente o ato ilícito do Requerido - Não caracterizado o dever de indenizar - Contrato prevê a incorporação das benfeitorias (sem direito à indenização à Autora) Incabível o pedido de devolução da quantia paga a título de “res sperata” (o contrato caracteriza-se como ato jurídico perfeito, sem a alegação de vício de consentimento quando da celebração) - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, condenando a Autora ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios (fixados em 10% do valor da causa a que foi atribuído o valor de R\$ 50.000,00) Valor dos honorários advocatícios majorado (artigo 85, parágrafo 11, do Código de Processo Civil) - RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO E MAJORADOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO PATRONO DO REQUERIDO PARA 12% DO VALOR DA CAUSA.

Nas razões do recurso especial (fls. 641-657, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos artigos 7º, 10º, 361, 369, 370 do CPC/2015; 421, 422 e 2.035 do CC/2002; e 54 da Lei 8.245/91

Sustenta, em síntese, que: a) a inexistência de motivação para a contradita das testemunhas constitui cerceamento de defesa; e b) a não comercialização de lojas conforme prometido pela recorrida causou prejuízo à insurgente.

Contrarrazões às fls. 675-687, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 688-690, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) de acordo com a jurisprudência do STJ, a revisão de indeferimento de prova formulado pelo juízo é vedada por força da Súmula 7/STJ; b) a simples transcrição de dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; c) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ; d) não restou comprovado o dissídio jurisprudencial; e e) a divergência não pode ser

comprovada a partir de julgados oriundos do mesmo Tribunal.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o juízo de admissibilidade usurpou competência do STJ; b) os acórdãos paradigmas invocados foram proferidos por Tribunais diversos; c) houve cerceamento de defesa; d) o dissídio jurisprudencial foi adequadamente exposto; d) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do reclamo, nos termos do artigo 932, inc. III, do CPC/15.

No ponto, destaca-se, outrossim, a existência do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: *“É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”*.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DISPOSITIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Os agravantes não enfrentaram em seu recurso o fundamento da decisão agravada, que estabeleceu serem incabíveis embargos de divergência contra decisão monocrática, nem formularam pedido para sua reforma.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo regimental, sobretudo diante do princípio da dialeticidade, é necessário que se impugnem especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na hipótese em exame. A decisão objurgada permanece incólume e atrai o Verbete Sumular n. 182 do STJ.

3. O princípio dispositivo impõe que a parte recorrente formule pedido de reforma da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EAREsp 623.863/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/10/2015, DJe 20/11/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.

2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial

e não para o acórdão recorrido.

3. A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.

4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição.

5. É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.

6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

No caso em comento, verifica-se que o Tribunal de origem, ao apreciar a admissibilidade do apelo nobre, assentou que, de acordo com a jurisprudência do STJ, é inviável o manejo de recurso especial em que se alegue cerceamento de defesa decorrente do indeferimento de prova testemunhal, ante a incidência da Súmula 7/STJ à situação. Veja-se (fl. 688, e-STJ):

Improcede a assertiva de infringência à legislação federal arrolada, eis que o Superior Tribunal de Justiça, a propósito da questão concernente à alegada necessidade da realização da prova requerida, assim tem apreciado o tema: "(...) 3. Não configura cerceamento de defesa o indeferimento de produção de prova quando o magistrado, entendendo substancialmente instruído o feito, motiva a sua decisão na existência de provas suficientes para formação do seu convencimento. 4. A revisão das premissas fáticas que levaram o Tribunal local a concluir pela desnecessidade da realização da prova requerida, esbarra no óbice da Súmula nº 7 do STJ" (agravo regimental no agravo em recurso especial 684319/MG, relator ministro MOURA RIBEIRO, in DJe de 10.6.2016).

Tal linha argumentativa, contudo, não foi atacada pela insurgente.

Com efeito, da leitura do agravo de fls. 693-712, e-STJ, verifica-se que, em relação à presente questão, tão somente se reafirma a existência de cerceamento de defesa, sem que se teça qualquer consideração acerca de quais fundamentos jurídicos impediriam a aplicação do supracitado entendimento jurisprudencial ao caso.

Destaque-se, por oportuno, que a mera alegação de que o recurso em tela não demandaria a revisão de matéria probatória não satisfaz tal requisito de admissibilidade. Deveras, trata-se de impugnação genérica, que não infirma, de modo específico, o entendimento firmado pelo Tribunal local sobre o tema. Sobre o tema, destacam-se os seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DESOBEDIÊNCIA AO COMANDO DO ART. 1.021, § 1.º, DO CPC/2015.**

1. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, não se afigurando suficiente a

impugnação genérica ao "decisum" combatido.

2. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1185800/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E AGRAVO REGIMENTAL. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO E PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, CPC.

1. "Manejadas duas petições contra uma única decisão, conhece-se a primeira, não se conhecendo da segunda, porquanto desrespeitado o princípio da unirrecorribilidade, bem como porque operada a preclusão consumativa" (AgRg no Ag 1400801/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 19/03/2012).

2. Em homenagem aos princípios da fungibilidade e economia processual, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental.

3. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inc. I, do CPC, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente.

4. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

Precedentes.

5. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

6. Agravo regimental de fls. 445-448 não conhecido. Pedido de reconsideração de fls. 439-443 recebido como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(RCD no AREsp 581.722/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 11/11/2014)

Nesse sentido, inviável o conhecimento do agravo.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015, não conheço do agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 637, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

